

A independência do Brasil

Brasil: de colônia a Reino Unido

Antecedentes

- Era Napoleônica e invasão de Portugal
- Fuga da família real e da corte portuguesa ao Brasil
- Abertura econômica do Brasil (interesses da Inglaterra)
- Elevação do Brasil a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves (1815)
- A antiga colônia transforma-se no centro do império português
- Descontentamento generalizado dos portugueses

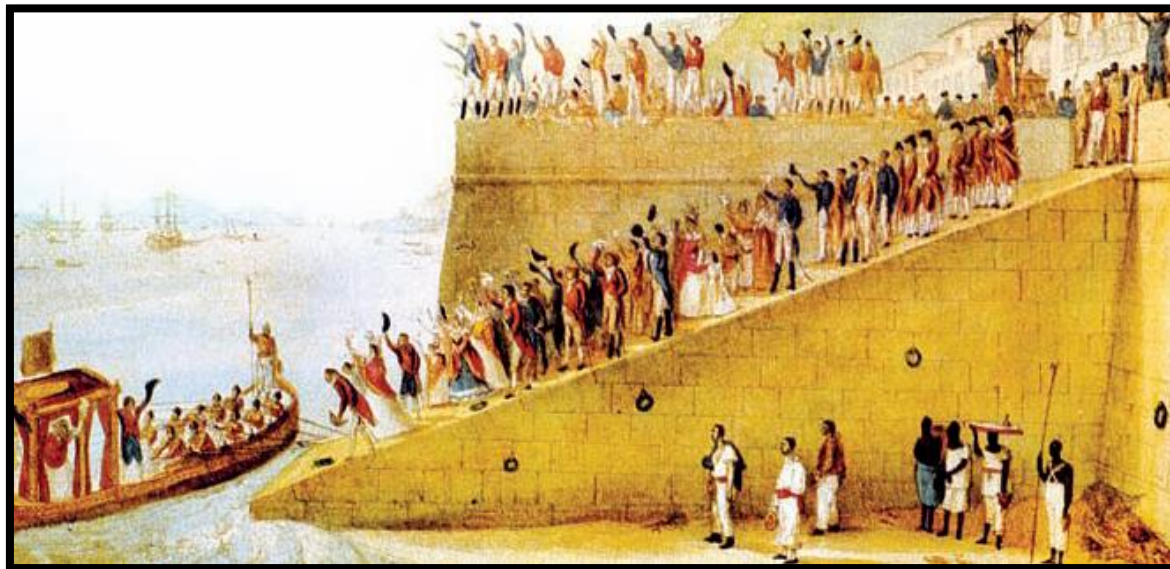
A Revolução Liberal do Porto

Era grande a insatisfação do povo português com a permanência da família real no Brasil.

- Surgimento da Revolução Liberal do Porto (1820)
- Movimento organizado pela burguesia da cidade
- Criação de um governo provisório de perfil liberal: Cortes de Lisboa
- O novo governo exigia o retorno da família real
- Outras exigências: criação de uma monarquia constitucional e recolonização do Brasil

Do “fico” à declaração da independência

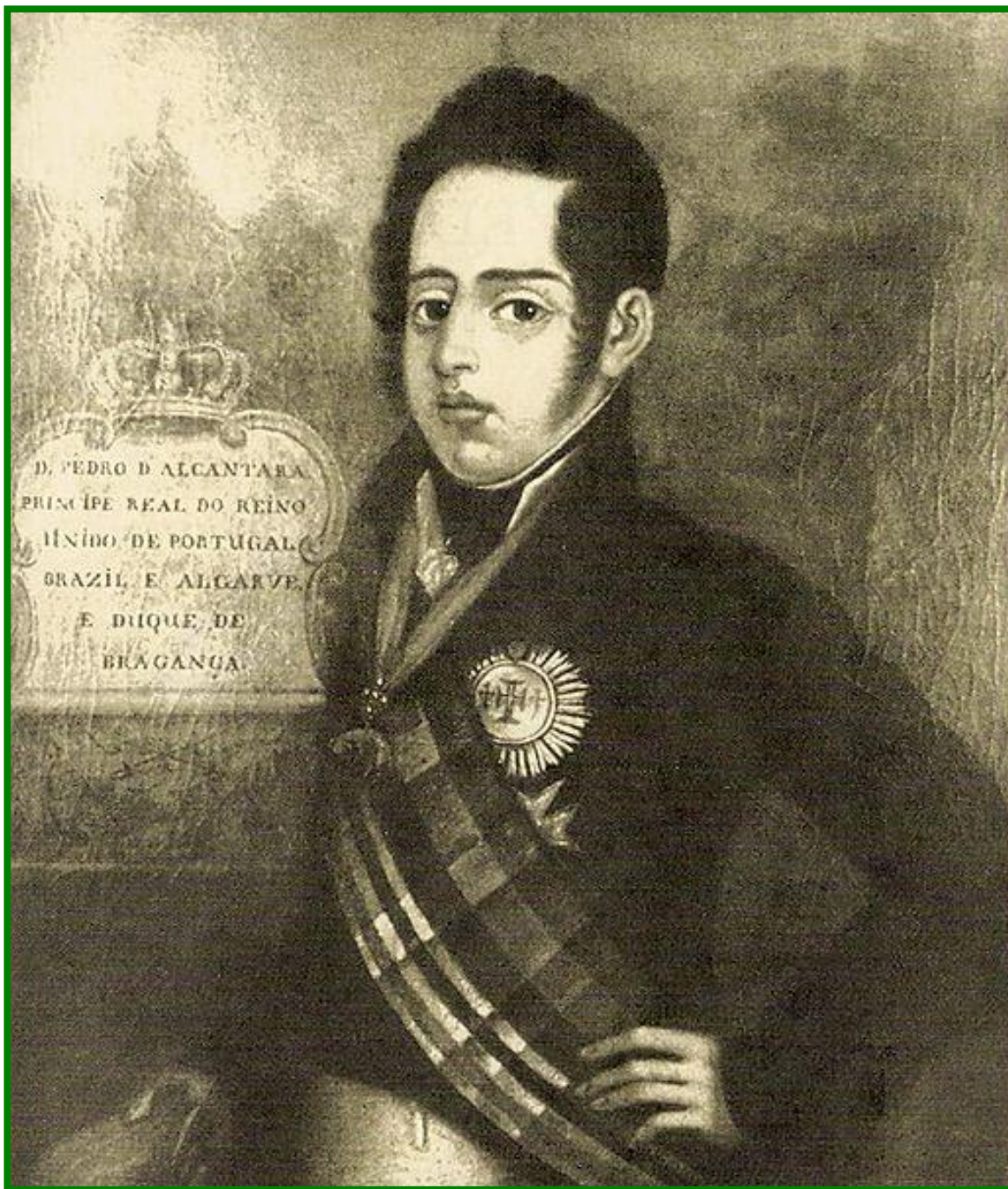
- D. João VI e a corte retornam a Portugal, devido às exigências do governo recém-instaurado.
- D. Pedro, seu filho, permanece no Brasil como príncipe regente, a pedido do monarca.
- D. João sabia que a emancipação do Brasil era uma questão de tempo, devido à crescente liberdade conquistada pela ex-colônia. Ao menos, seu filho iria liderar esse processo.



Partida da rainha para Portugal, de Jean-Baptiste Debret.

A família real volta para Portugal,
em 25 de abril de 1821.





D. PEDRO D'ALCANTARA
PRÍNCIPE REAL DO REINO
UNIDO DE PORTUGAL
BRASIL E ALGARVE
E DUQUE DE
BRAGANÇA

No reino Unido do Brasil
permanece D. Pedro, como
príncipe regente.

Do “fico” à declaração da independência

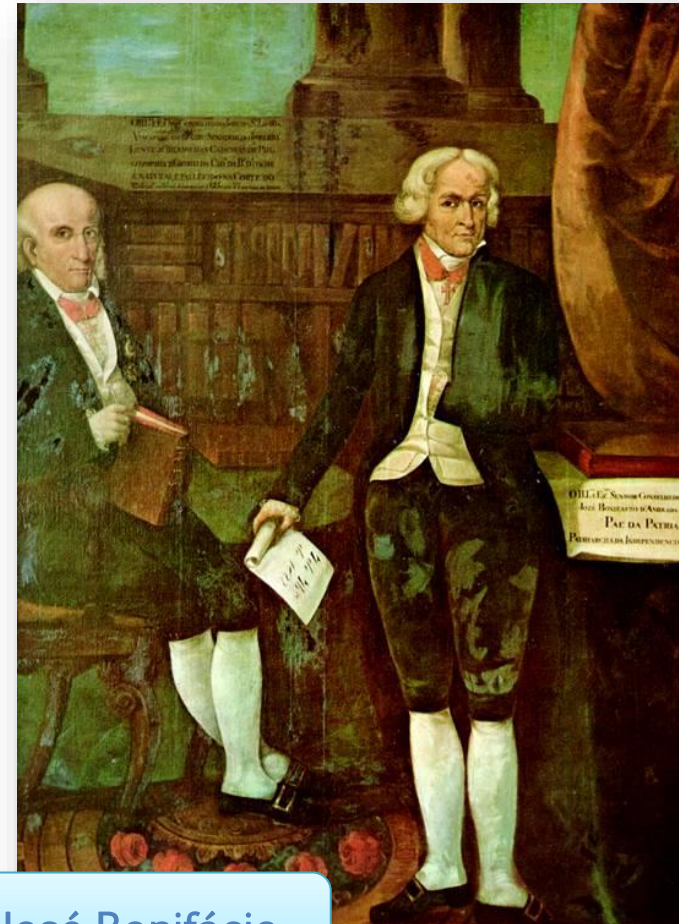
Devido à permanência de D. Pedro, as Cortes de Lisboa aumentam a pressão para recolonizar o Brasil...

...preocupados com essa ameaça, alguns fazendeiros, mercadores e políticos influentes criaram o **Partido Brasileiro**...

...cujo principal objetivo era apoiar a permanência de D. Pedro e resistir às ordens de Portugal.

O atrito entre Brasil e Portugal evidenciava o desgaste entre a antiga metrópole e sua colônia.

Começou então no Brasil a **reação que levaria à independência**: foram criados **clubes de independência** e D. Pedro nomeou José Bonifácio para o cargo de ministro da Justiça.



José Bonifácio

O Dia do Fico (09 de Janeiro de 1822)

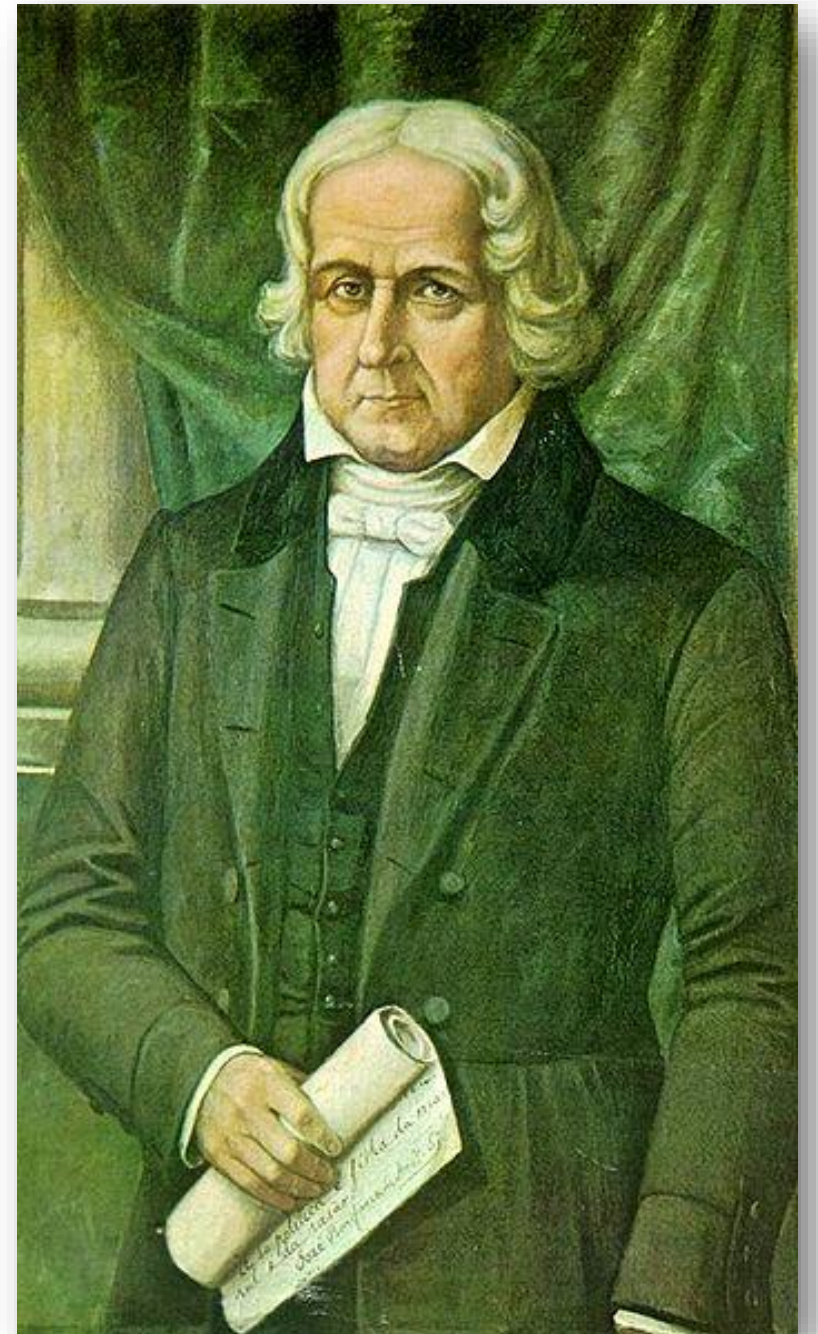
D. Pedro recebe uma petição com quase dez mil assinaturas, que insistia em sua permanência no Brasil. O príncipe regente declara então sua adesão à “causa brasileira”.



Aclamação de Dom Pedro I, Imperador do Brasil, no Campo de Sant'Ana, Rio de Janeiro, litografia de Debret

Como ministro, José Bonifácio:

- Elaborou o **decreto Cumpra-se** (toda ordem de Portugal só poderia ser cumprida no Brasil com a autorização de D. Pedro, o seu “cumpra-se”);
- Concedeu a **D. Pedro o título de Defensor Perpétuo do Brasil**;
- Convocou a **Primeira Assembleia Constituinte**;
- Proibiu a entrada de portugueses no Brasil.



As pressões das Cortes sobre D. Pedro aumentaram. **Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclamou a INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.**





Independência ou Morte do pintor
paraibano Pedro Américo (óleo sobre tela, 1888)

UM GRANDE CORAÇÃO

O desenho da cena representa o nascimento de uma nova nação

EXPRESSÃO DE PODER

Dom Pedro I está num cavalo, mas presume-se que viajava numa mula

DESTAQUE

No centro da tela, dom Pedro I é retratado como protagonista

O PAPEL DOS CIVIS

Ao lado de dom Pedro, os escravocratas, que o apoiavam

PRESENCIA MILITAR

Ao redor do grupo, o Exército, que garantia os interesses da elite



UM CAMPONÊS

À margem, um homem em roupas rasgadas é um mero espectador

DATA POSTERIOR

O autor não presenciou a cena, ocorrida 66 anos antes do fim da pintura

CAVALOS

Os animais, a maioria deles em movimento, remetem ao poder

Nessa mesma noite, em São Paulo, D. Pedro foi aclamado o soberano do Brasil.

Ele partiu para o Rio de Janeiro e, no dia 12 de outubro, numa cerimônia, foi aclamado **Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor do Brasil**, com o título de D. Pedro I.



No dia 1º de dezembro de 1823, em uma cerimônia solene e privada, sem a participação popular, D. Pedro I foi coroado.





Dificuldades no território brasileiro

Houve grandes dificuldades para a sociedade brasileira aderir a causa de independência no Brasil:

1. Grande extensão do território brasileiro;
2. Dificuldades de comunicação;
3. Muitos apoiavam a coroa portuguesa;

Com o rompimento de Portugal = alguma província
expedições militares (liderada por D. Pedro)



Ministério de José Bonifácio

Ministro de D. Pedro = participou da Independência do Brasil em 1822

Ele realizou algumas medidas necessárias para manter a ordem no Brasil:

1. comprou de navios capazes de operar na extensa costa brasileira;
2. contratou de oficiais militares de terra e mar;
3. sequestrou das propriedades de portugueses que não tivessem aderido à causa da Independência;
4. suspensão das relações comerciais com Portugal (bem como a permissão para que se levasse a efeito uma guerra de corsários contra os navios portugueses).



Constituição de 1823:

Assim que o BR se tornou independente foi convocadas uma eleição para formar uma **Assembleia Constituinte**.

No dia 3/maio/1823, o BR imperial nomeou o irmão de José Bonifácio, **Antônio Carlos Ribeiro de Andrada**.

Nesse dia foi criada a **Constituição do Brasil Imperial** = que tinha características muito fortes para não deixar extremos poderes na mão do imperador = D. João VI.



o Império do Brasil seria uma monarquia representativa e hereditária com divisão de poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);



se um herdeiro do Império sucedesse a uma Coroa estrangeira, ou um herdeiro de Coroa estrangeira sucedesse no Império, não poderia acumular duas coroas, tendo de optar por uma outra;



no caso de menoridade do sucessor do trono, o Império seria governado por uma regência (3 membros), em caráter permanente enquanto durasse a menoridade;



as eleições seriam indiretas e o voto, **censitário**.



Poderiam ser **deputados** os proprietários com renda líquida anual equivalente a **500 alqueires de farinha de mandioca**

(1 alqueire = 14,64 Kg)= 7,320 Kg de farinha ao ano)

Teriam direito a serem **senadores** os proprietários com renda líquida anual equivalente a **1 000 alqueires de farinha de mandioca**. (14.640 kg ao ano)



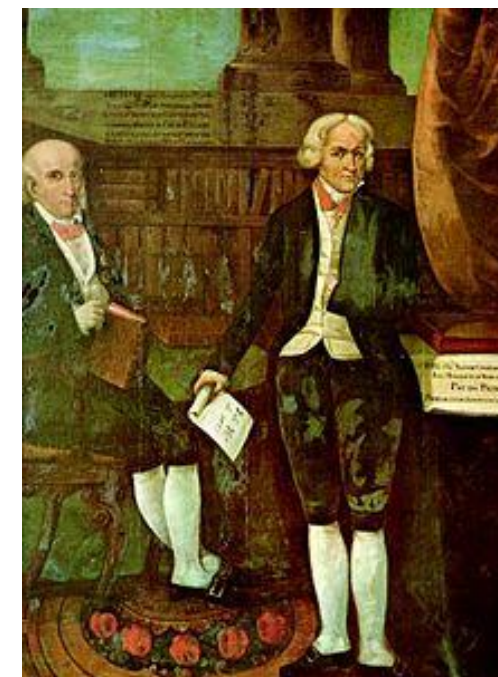
“Constituição da
Mandioca”



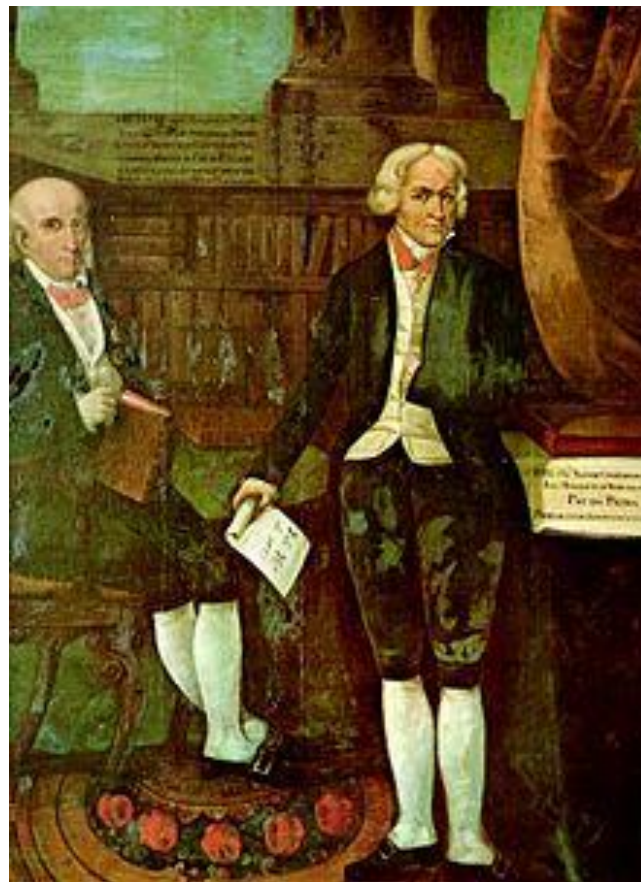
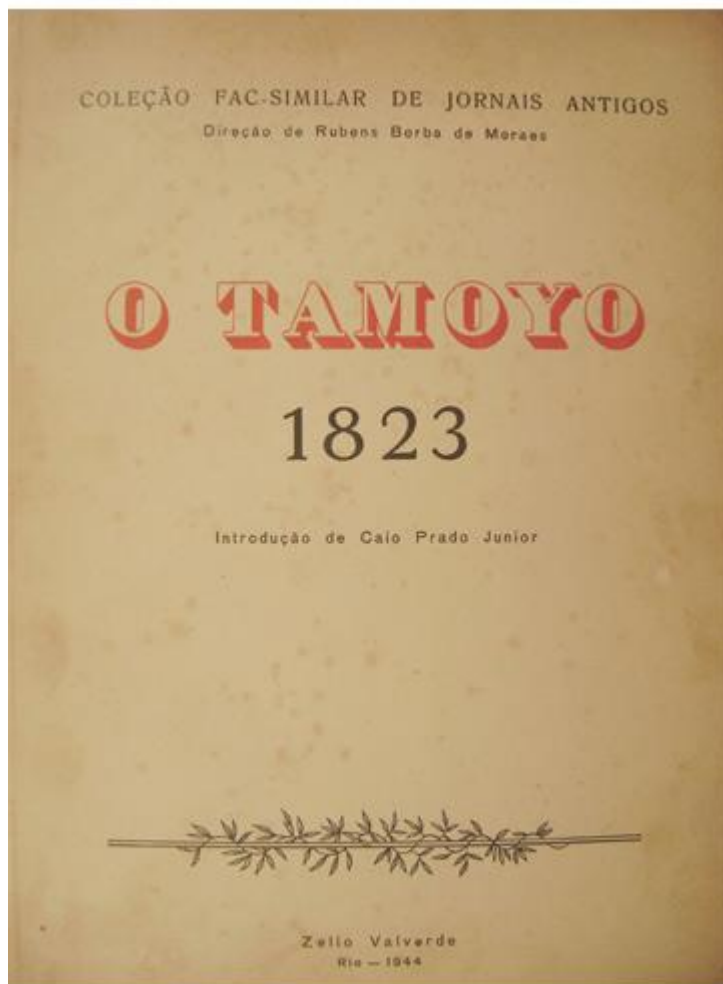
Tensões e conflitos:

Em junho de 1823, era apresentado um projeto pelo **deputado Muniz Tavares**, mandando declarar cidadãos brasileiros **todos os portugueses** residentes no Brasil que tivessem dado provas inequívocas de adesão à causa da independência.

Também queria **expulsar todos** aqueles cuja conduta parecesse suspeita. Os **irmãos Andradas** apoiam o projeto de Muniz Tavares.



Em 17 de julho de 1823, cai o gabinete dos Andradas, que passam à oposição ao imperador. É publicado, em agosto, o **Tamoio**, jornal de oposição ao imperador, inspirado pelos Andradas.



Em 4 de novembro de 1823, o Tamoio e outro jornal de oposição, **Sentinela da liberdade à beira do mar da Praia Grande**, publicam um artigo ofensivo a oficiais portugueses, sob o pseudônimo de “**um brasileiro resoluto**”.

Os atingidos, **major José Joaquim da Lapa** e **capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire**, **espancam** o ilhéu **Davi Pamplona Corte Real**, suspeito de ser o tal “brasileiro resoluto” = 5/11/1823

10/11/1823, Davi Pamplona apresenta-se à Assembleia denunciando o ocorrido e discursam violentamente sobre o ocorrido.

11/11/1823, D. Pedro recebe representação dos oficiais portugueses e pede esclarecimentos à Câmara.

A Câmara declara-se em sessão permanente: é a chamada **“Noite da Agonia”**. Dos 272 artigos do projeto constitucional, somente 24 tinham sido discutidos.

Em 12/11/1823, D. Pedro **dissolveu a Assembleia Constituinte**, sendo imediatamente convocado um Conselho de Estado, encarregado de elaborar uma nova Constituição.

Por fim, em 25/março/1824, D. Pedro I outorgou **(impôs)** a **Constituição da Monarquia**.

Confederação do Equador

A dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro I provocou oposições violentas em Pernambuco = gerou uma revolta na província

Seu propósito era **separar as províncias do Nordeste** (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) e fundar uma república federativa, nos moldes dos Estados Unidos.

O líder do movimento foi **Manuel de Carvalho Pais de Andrade**.



D. Pedro I não aceitou a eleição de Pais de Andrade e nomeou, para substituí-lo, **Francisco Pais Barreto**. Pais de Andrade recusa-se a dar posse a Pais Barreto.

Devido à gravidade da situação, D. Pedro I nomeia um terceiro governante, **José Carlos Mairinck da Silva Ferrão** que, pressionado por Pais de Andrade, recusa-se a tomar posse

Em 2 de julho de 1824, **Manuel Pais de Andrade** proclama a Confederação do Equador, incorporando no Brasil o “sistema americano”



“sistema americano”, ou seja, um modelo de república inspirado no exemplo dos Estados Unidos, no qual os estados possuem bastante autonomia em relação ao governo central.



O governo imperial tomou medidas enérgicas de repressão, suspendendo as garantias constitucionais em Pernambuco e remetendo tropas para a região, comandadas por **lordes Cochrane e Francisco de Lima e Silva**

Manuel Pais de Andrade conseguiu fugir para a Inglaterra



Houve um total de 16 condenações à morte, entre as quais a de **frei Joaquim do Amor Divino Caneca** (13.01.1825), um dos líderes do movimento

Constituição de 1824

No dia 25 de março de 1824 é outorgada a primeira Constituição mais autoritária

A Constituição de 1824 estabelecia um **Estado unitário**, ou seja, uma organização político-administrativa centralizada.

Os governos locais possuíam pouca autonomia em relação ao Governo Central. Não existia um Poder Legislativo provincial.



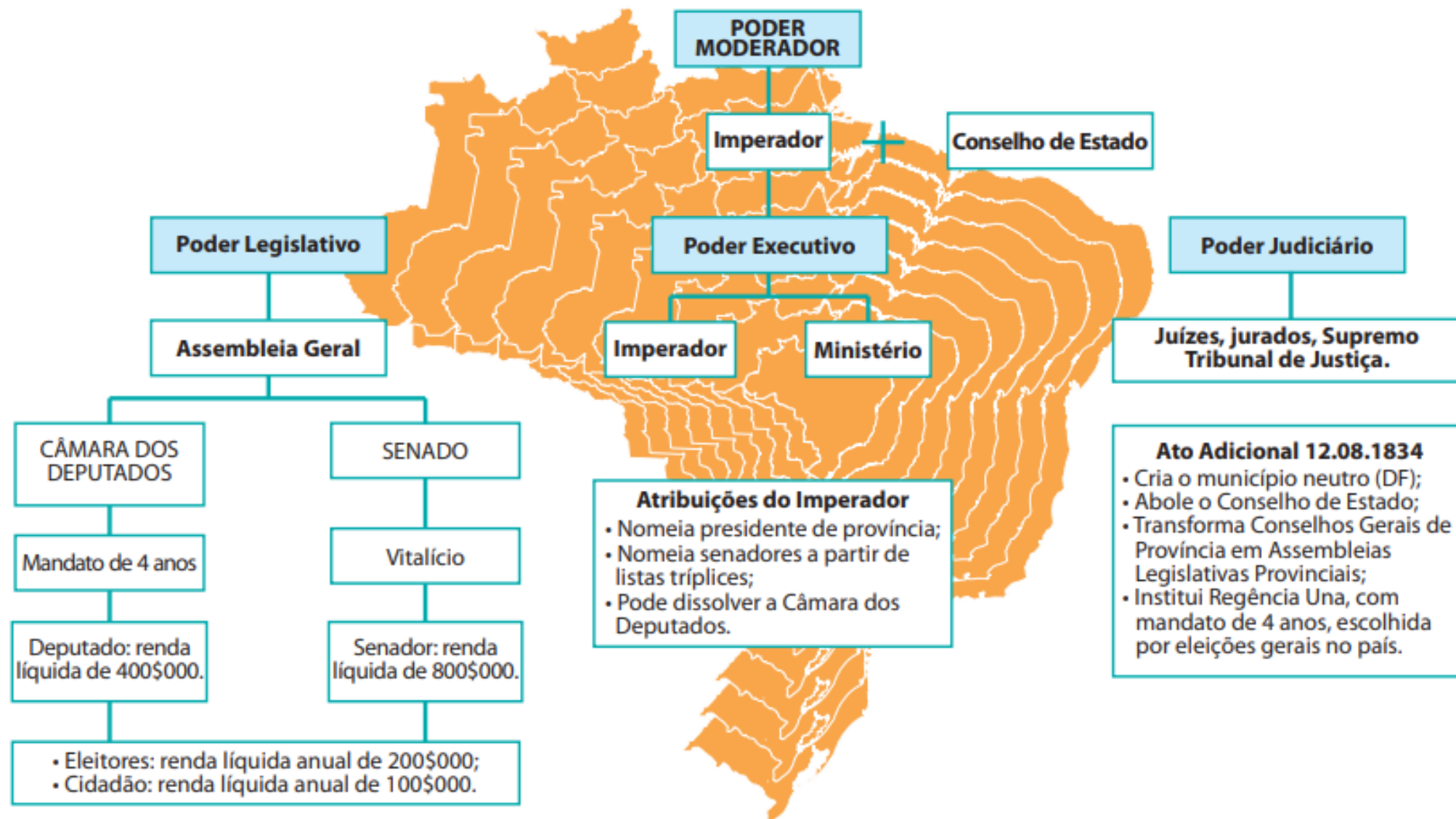
Eram instituídos quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e **Moderador**.

O imperador exercia os poderes **Executivo e Moderador**; o Poder Legislativo era exercido pela Assembleia Geral, composta por uma Câmara de Deputados e um Senado.

O Poder Moderador era definido como a chave de toda a organização política da nação para velar sobre a harmonia dos demais poderes, tendo como função:

- **nomear senadores;**
- **convocar assembleias extraordinárias;**
- **sancionar decretos; aprovar ou suspender resoluções das províncias;**
- **prorrogar, adiar e dissolver a Câmara dos Deputados;**
- **nomear e demitir ministros e magistrados;**
- **comutar penas e conceder anistia**

Constituição do Império (outorgada em 25.03.1824)



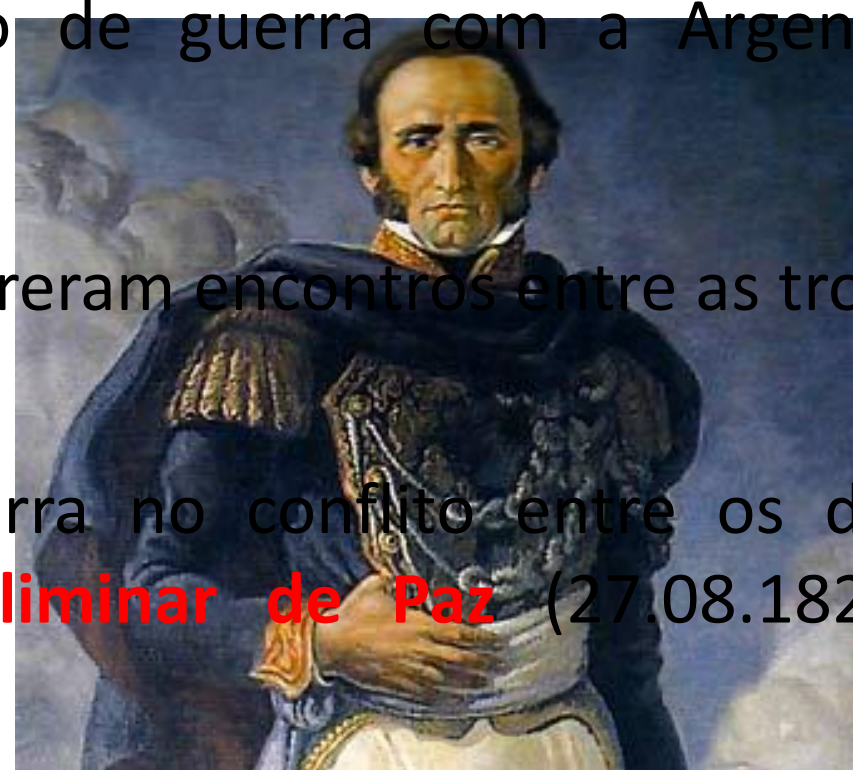
Questão do Prata: a Guerra da Cisplatina: Brasil X Argentina (1825 – 1828)

Foi desencadeada pela incorporação do Uruguai à Argentina no contexto das lutas pela emancipação da província Cisplatina = **líder Juan Antonio Lavalleja**

Frente a isso, o Brasil entrou em estado de guerra com a Argentina (10.12.1825).

O porto de Buenos Aires foi bloqueado e ocorreram encontros entre as tropas argentinas, uruguaias e brasileiras

Finalmente, ocorreu a mediação da Inglaterra no conflito entre os dois países, do que resultou a **Convenção Preliminar de Paz** (27.08.1828), assinada no Rio de Janeiro.



Terminava a guerra. O Brasil e a Argentina aceitaram a independência da República Oriental do Uruguai.

Política externa do Primeiro Reinado

D. João VI faleceu em 10/3/1826 = gerou uma crise sucessório do trono.

D. Pedro I, era o imperador do Brasil = D. Pedro foi proclamado o sucessor - título de D. Pedro IV.

D. Pedro I renuncia à Coroa portuguesa em favor de sua filha, **D. Maria da Glória**, ficando estabelecido que ela se casaria com seu tio, **D. Miguel, irmão de D. Pedro.**

D. Miguel altera os planos de D. Pedro I e é proclamado rei de Portugal, **não aceitando** o casamento com sua sobrinha.

D. Pedro I envolvia-se cada vez mais nos **assuntos sucessórios portugueses**, provocando o descontentamento dos brasileiros

D. Pedro **assumiu um empréstimo** com a Inglaterra de £6.454.400 para cobrir déficits, juros, pagar a repressão à Confederação do Equador e a dívida assumida por ocasião do reconhecimento da independência

Abdicação de D. Pedro I

Em São Paulo, o **jornalista Líbero Badaró**, redator do Observador Constitucional, em 1830, critica a ação repressiva e é assassinado. O governo é acusado de assassinato.

Com morte do jornalista , aumentou ainda mais o clima de tensão política contra o imperador.

Tensão entre os partidos: Brasileiro X Portugueses.



Noite das Garrafadas

De 12 a 14 de março de 1831, ocorrem no Rio de Janeiro as “Noites das Garrafadas”, conflitos entre portugueses, partidários de D. Pedro I, e opositores ao governo.

D. Pedro I regressou de uma viagem à província de Minas Gerais, onde foi recebido com frieza e hostilidade

Na noite do dia 13 de março de 1831, os “brasileiros” atacaram as casas dos “portugueses”, que responderam atirando garrafas e cacos de vidro.

Abdicação

D. Pedro I contava com o apoio incondicional das Forças Armadas, sustentáculo do regime monárquico.

na madrugada do dia 7 de abril de 1831, o **brigadeiro Francisco de Lima e Silva** ponderou junto a D. Pedro I que ele deveria dar atenção aos reclamos da oposição

Nesse momento, o imperador percebeu que havia perdido o apoio das Forças Armadas e preferiu abdicar a ser um joguete nas mãos dos militares.



Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdica o trono em favor de seu filho, D. **Pedro de Alcântara**, com cinco anos de idade, deixando José Bonifácio como tutor de seus filhos

D. Pedro I voltaria à Europa em 13 de abril de 1831; findava-se o Primeiro Reinado e inicia-se o **Período Regencial**.

Em Portugal, chegou a reinar com o título de D. Pedro IV até 1834, quando veio a falecer.

Período Regencial (1831 – 1840) = 9 anos

Ainda na madrugada de 7 de abril, entregou aos militares o documento em que formalizava a sua abdicação ao trono brasileiro, redigido nos seguintes termos:



“Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que **hei mui voluntariamente** abdicado na pessoa do meu muito amado e prezado filho, o Sr. D. Pedro de Alcântara”.

Boa Vista, 7 de abril de 1831, 10 da Independência e do Império.



Simultaneamente, D. Pedro I nomeou **José Bonifácio de Andrada e Silva** como tutor de seus filhos.

Papel dos militares

Desde o Período Colonial e ao longo do Primeiro Reinado, os militares sempre se comportaram como funcionários que recebiam e cumpriam ordens do governo civil.

No episódio da abdicação, entretanto, ocorreu uma significativa mudança na posição deles.

Surgiram duas posições: **o centralismo**, um tanto marcado pelo absolutismo de D. Pedro I, e alguns grupos que **se opunham** ao autoritarismo do imperador

Na última hora os militares fizeram saber a D. Pedro I que estavam tomando uma posição política que, no caso, não era favorável a ele.

A partir de então, os militares passaram a ter uma atuação cada vez mais importante (e, muitas vezes, decisiva) no governo do Brasil.

Período Regencial

Foram 3 regências: **Trina Provisória**, **Permanente** e **Regência de Diogo Antônio Feijó**